

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. KIM KATAGUIRI)

Altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a fim de permitir que a citação, intimação ou notificação de preso seja feita por quem tem a sua custódia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir que a citação, intimação ou notificação de preso seja feita por quem tem a sua custódia.

Art. 2º O art. 360 do Decreto-Lei 3.689, de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigor acrescido dos seguintes parágrafos 1º, 2º e 3º:

“Art. 360

§1º O réu preso poderá ser pessoalmente citado, intimado ou notificado:

I - por oficial de Justiça, em qualquer caso;

II - pelo delegado de polícia, se estiver detido em delegacia de polícia;

III - pelo diretor da unidade prisional em que estiver preso;

§2º Quando o ato for realizado por delegado de polícia ou diretor da unidade prisional, o mandado e demais documentos poderão ser transmitidos digitalmente à secretaria do juízo.

§3º Se a determinação para a realização do ato tiver sido feita através de carta precatória ou de ordem, o delegado de polícia ou o diretor da unidade prisional poderá transmitir o mandado



cumprido diretamente ao juízo deprecante, devendo apenas avisar o juízo deprecado.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei pretende fazer uma pequena alteração no Código de Processo Penal que, creio, surtirá bons efeitos. Propomos alterar o art. 360 do referido Código a fim de permitir que o réu preso seja citado por quem tem sua custódia legal. Com isso, liberaremos os oficiais de Justiça da obrigação de irem constantemente às unidades prisionais e delegacias de polícia apenas para realizar uma citação, permitindo que eles usem o tempo para realizar outros atos.

O Poder Judiciário tem escassez de pessoal e convém liberar os poucos oficiais de Justiça em atividade para outras tarefas.

A citação será feita pelo diretor da unidade prisional ou pelo delegado de polícia, que transmitirá o mandado de citação cumprido eletronicamente à vara que determinou a citação. Com isso, se ganha tempo e desburocratiza-se o processo penal.

Note-se que a defesa do réu não é minimamente prejudicada. A citação ocorrerá normalmente, permitindo que ele tenha acesso ao inteiro teor da acusação. A única mudança será a pessoa que o cita.

Peço aos eminentes colegas a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em de de 2021.

KIM KATAGUIRI
Deputado Federal (DEM/SP)

